

PETROLEIROS/AS DEFENDEM LIMITE DE TOLERÂNCIA ZERO PARA O BENZENO!

Para trabalhadores, que vêm desde 2023 desenvolvendo uma importante luta para a reinstalação da **Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz)**, a adoção de um limite e exposição ao Benzeno é um retrocesso inaceitável para um produto carcinogênico que não tem limite de exposição seguro. **PÁGINA 3.**



**DEBATE
PÚBLICO**

Regulamentação do Benzeno

→ REAJUSTE SALARIAL

PETROLEIROS/AS TÊM REAJUSTE DE 5,28% NOS SALÁRIOS A PARTIR DE SETEMBRO

O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), negociado em 2023 com a Petrobrás, **garantiu reajuste automático para a categoria em setembro de 2024** (data-base) com a **inflação dos últimos 12 meses medida pelo IPCA, mais 1% de aumento real**. Com isso, a partir de setembro deste ano, os petroleiros e petroleiras terão um incremento de **5,28%** nos seus contracheques. Um ganho que está dentro do cenário de outras categorias conforme o Dieese, que apontou que entre os trabalhadores de empresas estatais, o ganho real conquistado nas negociações concluídas varia entre 0,48% (Correios), 0,6% (bancários) e 1% (Dataprev e Serpro).

O reajuste incide sobre a **Gratificação de Campos Terrestres e o Adicional de Permanência no Estado do Amazonas**. A correção do **vale refeição/ali-**

mentação foi de 4,55%, conforme o indicador IPCA Alimentação. Já os **benefícios educacionais serão reajustados em primeiro de janeiro de 2025 em 6,91%**, conforme a variação do IPCA Educação.

CONQUISTA HISTÓRICA – Além do reajuste salarial com ganho real, o ACT negociado em 2023 com a Petrobrás assegurou um processo permanente de negociação coletiva para questões estruturantes, como **Petros, AMS, Plano de Cargos, PLR, parada de manutenção, recomposição dos efetivos**, entre outros temas. Também foi assinado, no primeiro semestre de 2024 um **Termo Aditivo** ao atual ACT, que restabeleceu duas conquistas históricas que haviam sido retiradas pelo governo Bolsonaro: **a volta da relação 70x30 no custeio da AMS e o paga-**



mento a 100% das horas extras da troca de turno (HETT).

As negociações de questões importantes para a categoria, como o **Plano de Cargos e Salário Único, acordo nacional de Parada e o regramento coletivo da política de remuneração variável**, que tenha por prioridade o fortalecimento da PLR, seguem em andamento. Já o **fim dos equacionamentos dos Planos da Petros** segue sendo negociado junto aos órgãos de governo pelo Fórum em Defesa dos Participantes e Assistidos.

→ MEIO AMBIENTE

SINDIPETRO-RS PRESENTE EM DEBATE SOBRE O PLANO CLIMA PARTICIPATIVO

O Sindipetro-RS participou, dia 16/09, da Plenária realizada na Faculdade de Educação da UFRGS, que debateu o **Plano Clima Participativo**. O encontro presencial teve como objetivo engajar a sociedade civil no envio de propostas, tirar dúvidas sobre o processo e informar sobre as etapas da elaboração da estratégia que vai **guiar a política climática do país até 2035**. Na capital gaúcha, o tema foi o **Pampa**, bioma que abrange 70% do território do estado, **o segundo bioma brasileiro mais devastado**, atrás apenas da Mata Atlântica. Cerca de **60%** da vegetação nativa já foi desmatada, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O levantamento também indica que, **de 2018 a 2022, o bioma perdeu mais de 5 mil km² de vegetação nativa**, o que corresponde a quase 3% da cobertura original.

A elaboração do Plano Clima é conduzida pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), integrado por representantes de 22 ministérios, pela Rede Clima e pelo Fórum

Brasileiro de Mudança do Clima, e tem dois pilares principais: a redução das emissões de gases de efeito estufa e a adaptação de cidades e ambientes naturais às mudanças do clima.

Das plenárias sairão propostas que poderão ser incluídas na primeira versão do documento, que será apresentado pelo presidente Lula na **COP 29, no Azerbaijão, em novembro**. E o resultado de todo o processo de formulação de instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima será apresentado na **COP30, que será no Brasil, em Belém (PA), em novembro de 2025**.

Importante destacar que os **sindicatos** estão participando ativamente destes debates em todo o país.

PROPOSTAS – Lembrando que a presidenta do Sindipetro-RS, Miriam Cabreira, apresentou proposta para o Plano Clima Participativo, com foco na transição energética. O trabalho de Miriam trata sobre “**Tran-**

sição Energética Justa Centrada no Trabalho” e consiste no desenvolvimento de um plano de transição energética justa centrada no trabalho, considerando as particularidades brasileiras, e permitindo que as regiões e o mundo do trabalho contribuam efetivamente na elaboração dessa política com objetivo de desenvolver tecnologia, gerar empregos de qualidade e com perspectiva social e de gênero.

A FUP tem, ainda, outra proposta, de autoria de Deyvid Bacelar, que trata de “**Fundo soberano para financiar a Transição Energética Justa**”.



SINDIPETRO-RS - SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL | FILIADO À FUP, CNQ e CUT
DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Maia, Alex Frey, Terterola, Cadore, Márcio, Lautert, Aires, Medeiros, Fábio, Deporte, Stelmaki, Maurício, Nalva, Oscar, Dary, Jesus, João Aloísio, Russo e Lisboa.
JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (MTb 6.771) e Rita Cardoso (MTb 14.278).
SEDE PORTO ALEGRE - Av. Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 | Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br
DELEGACIA DE CANOAS - Av. Victor Barreto, 3288, Centro, CEP 92.010-000 | Telefone (51) 3472.4622 - delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br
DELEGACIA LITORAL NORTE - Rua Deolindo Maggi, 52, Centro, Osório, CEP 95.520-970 | Telefone (51) 3663.2763 - delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br

PETROLEIROS/AS DEFENDEM LIMITE DE TOLERÂNCIA ZERO PARA O BENZENO!

Representantes dos petroleiros e sindicatos de diversas categorias participaram, dias 17 e 20/09, de dois encontros para tratar do **limite de exposição ao Benzeno**. Em ambos, as representações do petroleiros reiteraram que o Benzeno não tem limite de exposição seguro.

No dia 17, em encontro no Sindipolo, em POA, os diretores do Sindipetro que participaram da mesa que tratou do tema **"Qual o perfil da Comissão (CNPBz) a ser instalada"**, lembraram que este é um debate que vem desde os anos 70/80, quando os trabalhadores começaram a discutir os adoecimentos e mortes em função do local de trabalho. Segundo eles, foi a partir de um intenso trabalho, com participação da sociedade civil, da sociedade científica, do movimento sindical, instituições de governo, que foi instalada a **Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz)**, considerado um avanço na luta. À época, foram conquistadas melhorias contínuas, com a busca das melhores práticas, as visitas técnicas, as experiências do que tinha de melhor em cada unidade.

MUITO ALÉM DA NOMENCLATURA

Diversos especialistas, de forma presencial e online, se manifestaram falando também sobre o limite de tolerância, que vem sendo o grande debate em relação ao Benzeno pelo grupo de sindicatos que iniciou em 2023, uma luta pela reinstalação da CNPBz e que agora está centrado em evitar a adoção do **LEO (Limite de Exposição Operacional)** em detrimento do **VRT (Valor de Referência Tecnológico)**. Para os trabalhadores essa mudança, que vai além de simples nomenclatura, representaria um **grave retrocesso**.

Em Porto Alegre, o encontro que teve como tema **"Encontro Preparatório à Reinstalação da Comissão do Benzeno – Restabelecimento das comissões estaduais e nacional e a implantação de um perigoso limite de tolerância ao Benzeno"**, foi promovido pelo Fórum Sindical de Saúde do Trabalhador (FSST) e teve como objetivo, informar, atualizar os debates e subsidiar os sindicalistas para o Debate Público sobre a Regulamentação do Benzeno, que aconteceu na sequência, dia 20/09, na sede da Fundacentro/SP.

Em Porto Alegre, além dos sindicalistas, participaram do encontro representantes da CUT, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-RS), da Fiocruz, da Fundacentro, da CNQ, do Instituto do Trabalho Digno, o deputado estadual Miguel Rossetto, bem como sindicalistas e ativistas que debatem o tema há mais de 20 anos, quando foi construído o Acordo Nacional do Benzeno.



DEBATE PÚBLICO

O tema continuou na agenda no dia 20/09, com o Debate Público promovido pela Fundacentro para tratar da **"Regulamentação do Benzeno"**, realizado de forma presencial, na sede da instituição, em São Paulo, e transmitido pelo YouTube da entidade. O objetivo foi disseminar conhecimentos sobre Saúde e Segurança no Trabalho (SST) relacionados ao Benzeno, promover o intercâmbio técnico-científico entre os participantes, a instituição e outros órgãos do Governo, e incentivar a discussão em torno de temas relacionados à saúde e segurança dos (as) trabalhadores (as) e o mundo do trabalho.

Assim como em Porto Alegre, os petroleiros marcaram forte presença no encontro de SP. Integrando a programação do seminário e convidado a falar em nome da FUP, o **diretor do Sindipetro-RS, Anderson Santos de Medeiros**, iniciou sua fala lembrando que como operador, trabalhador de refinaria, está exposto ao agente carcinogênico, assim como o ramo químico, petroquímico, dos postos de combustíveis, das distribuidoras e tantas outras categorias que já haviam se manifestado. Medeiros destacou a importância da Fundacentro no debate, contribuindo com conhecimento para melhorar a vida da classe trabalhadora e da sociedade e defendeu a recomposição dos seus quadros através de concurso público.



Na sequência, o petroleiro fez um relato das negociações de segmentos que estão revisando a NR-15 e os anexos químicos e destacou os avanços importante na revisão de 55 substâncias que prejudicam a saúde dos trabalhadores e que não era revisada há muitos anos. Mas a proposta que está sendo colocada para a questão do benzeno, de estabelecer um limite de exposição ocupacional, substituindo o conceito de VRT para um valor menor e retirar o anexo 13A da NR-15, são pontos importantes para serem debatidos. "Os trabalhadores/as são os maiores interessados em encontrar soluções para proteger a sua saúde, com conhecimento e ajuda de cientistas, a fim de estabelecer condições mais seguras com tecnologias e práticas que reduzam a exposição a doença e mortes. E, nesse contexto, foi necessário construir uma regulamentação para o Benzeno, o que se deu com o Acordo do Benzeno". O documento consiste em normas, pareceres técnicos, portarias imprescindíveis para garantir as regras, estabelecer procedimentos e medidas de prevenção da saúde dos trabalhadores. Um ponto importante desta construção foi reconhecer que não existe um limite de exposição seguro a essa substância para o organismo humano, o que levou ao uso do VRT, que se caracteriza por uma abordagem qualitativa para a exposição e que pautou a elaboração do Acordo.

O QUE QUEREM OS TRABALHADORES?

Segundo Medeiros, **os trabalhadores querem que este princípio seja mantido e que não seja adotado o LEO. A luta é pela manutenção do VRT com um valor ainda menor, bem como a manutenção do Anexo-13A da NR-15**. Para ele, este anexo é resultado de muita discussão e conquista dos trabalhadores, e é inadmissível que se perca uma linha do que diz esse acordo.

Antes de finalizar, Medeiros destacou que manter o uso do VRT é reconhecer a exposição dos trabalhadores ao produto. Entretanto, estabelecer um limite de tolerância quantitativo servirá para não reconhecer essa exposição do trabalhador. É dizer que o ambiente é seguro à saúde, que o risco está controlado, que a exposição está dentro do limite quantitativo permitido pela norma. Não é necessário estabelecer o LEO, isso pode ser feito com VRT. Os petroleiros continuarão acompanhando e participando dos debates envolvendo o Benzeno e não aceitarão retrocessos. **O Benzeno Mata!**

SOLIDARIEDADE

COZINHA SOLIDÁRIA CONTINUA ATUANTE E SE APROXIMA DAS 100 MIL MARMITAS

Depois de quatro meses da maior tragédia climática vivida no RS, que deixou milhares de famílias desabrigadas, o trabalho na **COZINHA SOLIDÁRIA** do Sindipetro-RS, em conjunto com o MAB, na Sede do Sindicato em Canoas, continua a mil.

O trabalho iniciou ainda em maio, com objetivo de atender, com alimentação, em caráter imediato, quem perdeu tudo e não tinha sequer como se alimentar. Num esforço conjunto de diversas entidades, como o Sindicato dos Motoboys, a própria Transpetro, órgãos do governo federal, e principalmente o trabalho voluntário, foi possível, naquele momento, amenizar o sofrimento e a fome de milhares de pessoas. Foram muitos os apoios recebidos para a iniciativa, com doações de equipamentos, de alimentos, de solidariedade.



Mas mesmo passado quatro meses da tragédia, muitas pessoas ainda necessitam dessa ajuda. Por isso, a Cozinha continua ativa e ainda contando com trabalho de voluntários. E apesar de parecer que a vida voltou ao normal, isso não é verdade para muitas famílias que não têm para onde voltar e ainda dependem de muita solidariedade.

RUMO AS 100 MIL – Esses meses de trabalho e doação, tanto material, como de afeto, levou a Cozinha a poder atingir, nos próximos dias, a marca das 100 mil marmitas. Essa, mais do que qualquer outra questão, é uma vitória da solidariedade que não teria sido possível sem a dedicação dos voluntários, especialmente do MAB.

De acordo com o diretor Antônio Cadore, do Sindipetro-RS, que tem estado junto no trabalho desde o início, mais de 92 mil marmitas já saíram das dependências da Delegacia Sindical de Canoas e foram entregues a quem perdeu tudo. “Uma ação coletiva que vem driblando as dificuldades para levar comida àqueles que viram as suas vidas mudar de uma hora para a outra”, pontuou ele.

Cadore destaca o agradecimento especial do Sindicato a cada um e cada uma que dedica o seu tempo e a sua solidariedade às famílias atingidas. “A todos e todas que passaram por aqui e fizeram parte dessa história, de amor e de cuidado com aqueles que perderam tudo diante da maior tragédia climática do estado, agradecemos. Permanecer com ações solidárias é um desafio e nós estamos vencendo essas dificuldades diariamente”, finalizou.

REFAP 56 ANOS

Para marcar os **56 anos da Refap**, celebrado dia 16/09, o Sindicato entregou, um mimo com material impresso aos trabalhadores e trabalhadoras da refinaria. A iniciativa foi uma forma não só de comemorar o aniversário da unidade, mas também de **agradecer a luta de todos e todas ao longo do período em que a refinaria esteve ameaçada de privatização**, e que só não ocorreu pela resistência da categoria petroleira e pelo entendimento quanto a necessidade de eleger um outro projeto político para o país, que valorizasse a Companhia e a transformasse numa empresa comprometida com a melhoria de vida da população brasileira e do desenvolvimento do país. **Longa vida à Refap!**



SERVIÇOS

PLANTÕES JURÍDICO E DE ASSISTENTE SOCIAL

ESCRITÓRIO COSTA ADVOGADOS (Direito Civil e Tributário) - **Dr. Lúcio Costa** e **Dra. Graciele Santiago Gonçalves** - Deve ser enviado um e-mail para atendimento@costaeadvogados.adv.br

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL (Direito Trabalhista e Previdenciário) - **Dr. Abrão Blumberg** e **Carolina Anversa** - Agendamento através do **WhatsApp (51) 992.921.642**.

ASSISTENTE SOCIAL - **Jaqueline da Costa** - Atendimento pode ser agendado pelo WhatsApp da Secretaria **(51) 998.943.814**.



OS 300 GAÚCHOS

O pedido pela antecipação de um benefício oferecida pela Petros, por conta da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul, **encerrou no último dia 30 de agosto**. No total, **foram 300 solicitações de empréstimos**, divididos entre assistidos e ativa. Se alguém teve dificuldade em fazer a solicitação durante o prazo determinado e ainda necessita desse adiantamento no valor de um benefício Petros, **entre em contato com o Sindicato**. O solicitante tem uma carência de três meses para que comecem os descontos, feitos em 36 vezes, sem juros. **Essa antecipação veio a partir de uma demanda do Sindipetro-RS**, construída junto à Petros como alternativa para ajudar os assistidos gaúchos.

DESCONEXÃO

Vem crescendo no mundo o grupo de países que concede aos trabalhadores o **“direito de se desconectar”**, garantindo que não precisam responder a mensagens ou ligações fora do horário de trabalho pré-estabelecido, exceto em emergências. **O movimento iniciou na França, que em 2016** aprovou a primeira lei de desconexão. Austrália e outras nações da Europa e América do Sul já se juntam à lista. A iniciativa baseia-se no fato de a cultura de trabalho sempre ativa, pode causar níveis prejudiciais de estresse, prejudicando a vida pessoal. O Brasil ainda não possui legislação específica sobre o direito de se desconectar.

RENDA MAIOR

O crescimento interanual da renda habitual média dos trabalhadores brasileiros foi de **5,8%**. O estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontou que os rendimentos do trabalho no segundo trimestre apresentaram uma nova elevação em relação ao trimestre anterior. Os rendimentos recebidos pelas **mulheres**, que vinham mostrando desempenho inferior ao dos homens em anos anteriores, apresentaram em 2023 um crescimento interanual maior que o dos homens. Em termos setoriais, os piores desempenhos da renda habitual ocorreram nos setores de construção, agricultura e serviços profissionais.